

# **O TENENTISMO NACIONAL-LIBERTADOR: O NACIONALISMO ANTIOLIGÁRQUICO DOS TENENTES NA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA (ANL)**

Guilherme Pigozzi Bravo\*

## **RESUMO**

Este artigo propõe apresentar e discutir a trajetória do movimento tenentista, nos decênios de 1920 e 1930, e a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Embora contasse com a colaboração de vários setores políticos e sociais, unidos em torno da luta contra o fascismo e contra a Lei de Segurança Nacional, coube a uma parcela do movimento tenentista, a iniciativa para a formação da Aliança. Descontentes em relação à maneira pela qual Getúlio Vargas conduzia a política nacional, decidiu o referido grupo lutar pela "regeneração" dos princípios revolucionários, em favor dos quais, apoiaram a Aliança Liberal, em 1930. Para a parcela do movimento tenentista, fundadora da ANL, tanto o latifúndio, quanto o domínio exercido pelas potências imperialistas na economia e na política brasileira constituíam um entrave ao desenvolvimento econômico e social do país. Além disso, representavam a base de sustentação da hegemonia política, econômica, social e ideológica dos grupos oligárquicos.

**Palavras-Chave:** Tenentismo, ANL, Oligarquia, Imperialismo.

---

\* Doutorando em ciências sociais pela FFC-UNESP Marília. Mestre em ciências sociais pela UNESP. Graduado em História pela FCL 0- UNESP de Assis.

## **Abstract**

This article presents and discusses the trajectory of Tenentismo movement, in the decades of 1920 and 1930, and the formation of the Aliança Nacional Libertadora (ANL). Although counted with the collaboration of various political and social sectors, united in the struggle against fascism and against the National Security Law, it fell to a portion of the movement lieutenants, the initiative for the formation of the Alliance. Unhappy about the way in which Vargas led national policy, this group decided to fight for the “regeneration” of revolutionary principles, in favor of which supported the Aliança Liberal, in 1930. For the fraction of a tenentista movement, founder of the ANL, both latifundium, and the dominance of the imperialist powers in the Brazilian economy and politics were an obstacle to economic and social development of the country. Additionally, both latifundium and imperialism represent the support base of political, economic, social and ideological hegemony of the oligarchic groups.

**Keywords:** Tenentismo, ANL, Oligarchy, Imperialism.

## INTRODUÇÃO

Desde a proclamação da República, os militares conquistaram uma posição de relevo no cenário político. Tal papel de destaque assenta-se nas características das Forças Armadas como uma instituição identificada com os interesses nacionais e que possui o recurso às armas como forma de intervenção. Assim, nas décadas de 20 e 30, os tenentes foram fiéis à tradição intervencionista-salvacionista do exército, com seus ideais regeneradores de moralização da política e igualdade social. De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p.114),

[...] Particularmente o exército brasileiro, entre as organizações militares, evoluiu e se constituiu como organização, quer dizer, com normas, hierarquias, padrões de carreira, canais de comunicação etc., independentemente da hegemonia política e ideológica da burguesia. [...] Aberto a diversas formulações ideológicas e influências profissionais – o positivismo, a geopolítica, o nacionalismo, as missões alemã e francesa –, o exército brasileiro necessitou acomodar concepções divergentes quanto à natureza da boa sociedade a ser criada e quanto ao modo de criá-la. Por isso foi levado a desempenhar historicamente o papel de definidor dos limites constitucionais do sistema político brasileiro, [...]

Para que se possa compreender o movimento tenentista, deve-se, antes, entender o comportamento político do Exército, desde o final do século XIX. Por exemplo, foram os militares que lideraram o movimento que pôs fim ao regime imperial e instaurou a República. Até 1930, foram várias as oportunidades em que o Exército<sup>1</sup> atuou

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar o fato de que o Exército não constituía um todo coeso e hegemônico. Neste sentido, havia, no interior da instituição, conflitos e contradições. Foi a partir destas divergências no seio do Exército que João Quartim de Moraes (2005) identificou a existência de uma "Esquerda Militar", ao recuperar a trajetória política desta instituição desde o regime imperial. Nesta trajetória, "[...] a presença da esquerda fora marcante entre os militares", como, por exemplo, na participação de uma fração do Exército na questão abolicionista, na proclamação da República e no Tenentismo. (2005, p. 42). Assim, adotaremos tal perspectiva analítica, calcada na "[...] polarização esquerda/direita, [...]", no estudo do movimento tenentista, já que este foi um movimento que, ao longo de sua trajetória político-militar, viveu contradições, crises internas, cisões e vicissitudes próprias em consonância com os principais acontecimentos políticos, sociais e econômicos ocorridos nas décadas de 1920 e 1930.

ativamente no cenário político nacional, tendo, por vezes, alguns de seus oficiais ocupando a chefia do Executivo. Diante desse quadro, construiu-se entre os militares a consciência de serem eles os principais defensores do regime republicano e artífices de uma identidade nacional. Assim, nas décadas de 20 e 30 os tenentes foram fiéis à tradição intervencionista-salvacionista do exército, com seus ideais regeneradores de moralização da política e igualdade social<sup>2</sup>.

O domínio político exercido pelos militares após a proclamação da República durou pouco tempo. Ancorada no forte poder econômico proveniente do plantio e da comercialização do café, a fração oligárquica cafeicultora não tardou em conquistar a hegemonia política no cenário nacional, dado o fato de que, mesmo após a proclamação da República, a estrutura política e econômica brasileira continuou ancorada em uma economia baseada na grande propriedade, na monocultura e na produção de café em larga escala para atender o mercado internacional. O Brasil mantinha-se como um país essencialmente agrário, e os grandes proprietários submetiam, conforme seus interesses, a vida política nacional. Assim, “[...] a política dos governadores<sup>3</sup>, [...], substituiu a república florianista.” (McCann, 2007, p. 244).

---

<sup>2</sup> Foi por intermédio de Benjamin Constant, no início da década de 1870, que o Positivismo ganhou espaço nos colégios militares, constituindo-se, assim, na matriz filosófica-política por meio da qual os militares constroem uma visão crítica acerca da sociedade e do papel do Exército enquanto instituição responsável pela construção de uma consciência nacional e pela salvaguarda dos princípios republicanos.

<sup>3</sup> De acordo com Marieta Ferreira e Surama Pinto (2003, p.390), a Política dos Governadores visava impedir que os conflitos políticos entre os grupos oligarcas locais ultrapassassem as fronteiras estaduais, ganhando, assim, uma amplitude maior, o que colocaria em risco a estabilidade do Governo Federal. Ao mesmo tempo, buscava-se, também, uma relação mais estreita e cordial entre os Poderes Executivo e o Legislativo em nível estadual e federal com o intuito de formar uma base governista sólida, capaz de garantir respaldo às iniciativas governamentais. Contudo, ao longo dos anos esse “sistema” mostrou sinais de fraqueza, permitindo conflitos e cisões no interior do bloco oligárquico dominante que permitiu, por exemplo, a ascensão de Hermes da Fonseca à Presidência da República em 1910, a formação da Reação Republicana em 1921-1922 e a formação da Aliança Liberal em 1929.

De acordo com Anita Prestes (1997, p. 56), o desenvolvimento e a preponderância do sistema capitalista, a partir da segunda metade do século XIX, em uma economia que ainda continuava dependente e agrária não só preservou, embora de maneira subordinada, as relações não capitalistas<sup>4</sup> que até há pouco tempo eram dominantes como, também, criou “novas formas de relações não capitalistas”. Assim, manteve-se inalterada no país a estrutura fundiária, baseada na concentração da propriedade privada da terra. O regime capitalista espalhava-se no Brasil sem destruir o principal sustentáculo do poder político, econômico e social dos grandes proprietários: o latifúndio<sup>5</sup>.

A estrutura urbana- industrial desenvolveu-se no sentido de melhor atender os interesses de uma economia agrário-exportadora. Grandes somas, provenientes da lavoura cafeeira, foram empregadas em diversos setores como, por exemplo, os de transporte, bancário, comercial e industrial. A classe que detinha o monopólio da produção industrial, por sua vez, era originária da oligarquia agrária e, por isso, mantinha-se sob os interesses das camadas latifundiárias<sup>6</sup>.

O processo de desenvolvimento urbano e industrial acarretou não só o surgimento do proletariado como, também, dos setores médios, pequena e média burguesia<sup>7</sup> que compunham a população das cidades.

---

<sup>4</sup> Pode-se citar, como exemplo de relações não-capitalistas, o Foro, o Arrendamento e os parceiros.

<sup>5</sup> A Lei de Terras de 1850 aboliu a prática da doação e transformou a terra em mercadoria. Com a lei, impôs-se um grande obstáculo ao acesso à terra a todos aqueles que não dispunham de capitais suficientes para comprá-la, ou seja, ex-escravos, imigrantes, trabalhadores rurais. Além de contribuir para o recrudescimento da concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários, favoreceu o aumento da oferta de mão-de-obra nas lavouras de café.

<sup>6</sup> De acordo com Boris Fausto (1997, p. 46), “não obstante a existência de atritos, há entretanto uma complementaridade básica, [...], entre os setores agrários e industriais, sob a hegemonia da burguesia do café. Isto decorre da própria formação da fração industrial, que nasce com o avanço dos negócios cafeeiros e deles depende para sua própria sobrevivência, [...]”

<sup>7</sup> Segundo Emília Viotti da Costa (2010, p. 465), A pequena burguesia compreendia os indivíduos que atuavam nas mais diversas áreas e funções: bancos, transporte, comércio, cargos públicos e ofícios liberais constituindo, assim, o núcleo da população urbana.

A maioria da população brasileira estava localizada na área rural, submetida econômica, social e politicamente aos chefes locais, os "coronéis"<sup>8</sup>, cujo poder político mostrava-se forte graças à manutenção, durante o período republicano, da estrutura econômica, herdada do período colonial, baseada na concentração da propriedade rural. Sem qualquer tipo de instrução, dependentes do trabalho e dos "favores" oferecidos pelos grandes proprietários, essa população atuava de maneira tutelada no cenário político, de forma a fornecer uma quantidade de votos suficiente para a manutenção do situacionismo político.

As camadas médias também se mostravam incapazes de atuar no cenário político nacional de maneira organizada e autônoma, dada a sua dependência ideológica junto às classes dominantes. Suas manifestações de contestação ao regime oligárquico permaneciam restritas a uma reação contra o aumento do custo de vida, decorrente das contingências políticas e econômicas. O movimento operário, por sua vez, nos anos 1920, embora tenha conquistado um importante espaço de atuação e representação no cenário político-econômico, por meio de movimentos grevistas, sindicatos, organizações operárias e da fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, ainda carecia de sólida organização e de consciência política capaz de orientar e sustentar um projeto autônomo. A burguesia industrial, em razão de seus laços com as camadas agrárias, não possuía autonomia suficiente para construir um projeto político próprio.

A economia agroexportadora brasileira mostrava-se totalmente dependente das oscilações na demanda do mercado internacional. Dada a dependência da economia brasileira em relação ao café, seu principal produto, as políticas cambiais sempre tiveram, por objetivo,

---

<sup>8</sup> A origem do termo "coronel" liga-se ao surgimento da Guarda Nacional, em 1831. Em cada município, o comando de um destacamento daquela era confiado ao chefe político local que, na maioria das vezes, era representado pelos grandes latifundiários e comerciantes. Mesmo com a extinção da Guarda Nacional, em 1918, o termo continuou a ser empregado para designar as potestades políticas, econômicas e sociais de uma determinada localidade. De acordo com Vitor Nunes Leal (1975, p. 23), o "coronel" pode ser visto como uma instituição que engloba, em uma só pessoa, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em âmbito local. A ausência e o descaso, muitas vezes intencionais, do Poder Público, constitui uma das principais causas para tal situação.

a defesa e a valorização da rubiácea no mercado externo. Entretanto, se tais medidas beneficiavam as oligarquias cafeeiras que exerciam a hegemonia política, prejudicavam, por outro lado, as camadas médias e o proletariado urbano. A insatisfação desses setores sociais, diante da situação política e econômica, encontrou ressonância entre os jovens militares do Exército, oriundos, em sua maioria, da pequena burguesia<sup>9</sup>.

A classe agroexportadora dominante exercia sua hegemonia na sociedade brasileira e não deixava qualquer espaço de participação política para outras classes. Entretanto, as disputas políticas envolvendo diversos setores oligárquicos, nos anos 1920, possibilitaram a ascensão e a atuação política de outros segmentos sociais no cenário político nacional. O Brasil atravessava um período de crise, não só no setor econômico, mas, também, no social, no político e no cultural.

## **O TENENTISMO NA DÉCADA DE 1920**

Os tenentes, embora provenientes, em sua grande maioria, da pequena burguesia, possuíam certas características que lhes possibilitavam assumir o papel de ator político e social capaz de confrontar o domínio oligárquico. A sua posição, enquanto membros das Forças Armadas, permitia-lhes organização em âmbito nacional e o recurso às armas. Além disso, a educação militar deu-lhes a consciência do papel do Exército na construção de uma consciência nacional e na promoção da modernização política, econômica e social do país. Nesta direção, o movimento tenentista será analisado a partir de suas origens, em suas várias nuances sociais, ideológicas, econômicas, culturais e políticas e, também, pela sua posição enquanto militares, ou seja, membros do aparato estatal. Portanto, abrigam-se

---

<sup>9</sup> Segundo Frank McCann (2007, p.276), os quadros do Exército estavam em constante contato com a população civil, pois não só as unidades militares nas quais aqueles serviam localizavam-se na área urbana como os próprios oficiais não residiam nos quartéis, mas, sim, nos diferentes bairros cariocas. Neste sentido, McCann chama a atenção para o fato de que a vida cotidiana dos oficiais e seus familiares era semelhante à dos setores civis. Além disso, os baixos salários colocavam os oficiais à mercê das "flutuações econômicas".

aí as duas concepções analítico-metodológicas quanto à atuação e comportamento do Exército, ou seja, a instrumental e a institucional<sup>10</sup>.

Assim, os tenentes, enquanto membros das Forças Armadas, assumiram o papel de porta-voz da pequena-burguesia<sup>11</sup>. Nesta, “[...] os militares apresentavam-se como os elementos mais ativos e interessados em mudanças políticas” (SODRÉ, 1985, p.21), pois não só constituíam um grupo nacional organizado como, também, possuíam o recurso à violência como forma de transformação social. Segundo José Nilo Tavares (1985, p. 62),

Os levantes militares que sacodem o Brasil, desde os eventos do Forte de Copacabana, em 1922, até a insurreição integralista, em 1938, e de que são responsáveis diretos os tenentes, se podem ser explicados, em parte, pelas suas características militares – como ‘coisas de quartéis’ – sintetizam e expressam, no entanto, as contradições existentes em toda a sociedade. Partilhando do controle de um dos instrumentos fundamentais do poder, isto é, da força de coerção e da violência, relativamente organizados e possuidores de uma cultura dos problemas nacionais acima da média da população em geral, os tenentes, pressionados aparentemente por motivos profissionais, com os suboficiais e os soldados, aparecem como espécie de ‘mediadores inconscientes’ das demandas sociais e políticas dos cidadãos.

---

<sup>10</sup> De acordo com Antônio Carlos Peixoto (1982, p.29-30), a concepção instrumental concebe as ações militares a partir de motivações externas à corporação, ou seja, é na sociedade civil que residem as razões impulsionadoras das intervenções das Forças Armadas. Por outro lado, a concepção institucional-organizacional explica o comportamento dos militares enquanto pertencentes a uma organização cujos valores institucionais norteiam as ações destes. Assim, “o aparelho militar” é visto como um sistema monolítico, autônomo em relação à sociedade civil e que obedece a um comando hierárquico. Neste sentido, concordamos com o referido autor quando este ressalta o fato de que “a análise do processo político brasileiro comporta elementos vinculados às duas concepções” (1982, p.30). Em nosso entender, o tenentismo, como um movimento político e social, não permaneceu reduzido à componente militar. Assim, valorizaremos, em nosso trabalho, a concepção instrumental.

<sup>11</sup> Para Maria Spina Forjaz (1978, p. 22), o tenentismo assumiu o papel de porta-voz das camadas médias urbanas. Estas, dada a sua dependência política, econômica e social em relação aos setores dominantes, tornaram-se incapazes de organizarem-se em um partido político que expressasse seus interesses e contestasse a dominação oligárquica. Contudo, de acordo com a referida autora, embora pertencentes às camadas médias, os militares gozavam de certa autonomia face à sua posição enquanto membros das Forças Armadas (FORJAZ, 1978, p. 22).

Para Maria Cecília Forjaz (1987, p. 15), nesta fase da vida nacional, marcada pela crise política que abalou os alicerces do domínio oligárquico e em uma economia baseada na exportação, o tenentismo encontrava-se na fase inicial da elaboração de um programa de transformação para a sociedade brasileira. Tal programa ganharia contornos nítidos apenas no final da década, com a crise econômica de 1929, com os preparativos para a sucessão de Washington Luís e com a formação da Aliança Liberal. Davam-se, assim, os primeiros passos para a transformação da sociedade brasileira rumo ao capitalismo urbano-industrial. Nesse contexto, o tenentismo pode ser considerado como um dos agentes dessa transformação. De acordo com Nelson Werneck Sodré (1965, p. 213),

[...] o *Tenentismo* passará por três etapas bem definidas, embora, como sempre ocorre, imprecisamente limitadas no tempo: na primeira, os seus elementos operam isoladamente, os seus pronunciamentos são exclusivamente militares, abrangem pessoal militar apenas, reduzem-se aos quartéis, revestem-se do aspecto de luta armada tão-somente; na segunda, os seus elementos ligam-se a oposições políticas locais ou regionais, em particular no Rio Grande do Sul, alcançando, assim, amplitude maior, revestindo-se de aspecto diferente, vinculando-se a forças diversas das militares e de natureza partidária quase sempre; na terceira, finalmente, o vínculo será com a oposição federal, a propósito de problema de âmbito nacional, a sucessão do presidente Washington Luís, deflagrando, como coroamento, a Revolução de 1930, [...]

Portanto, a eclosão dos levantes tenentistas de 1922, cujo epílogo foi a "aventura" dos Dezoito do Forte de Copacabana, 1924 e a marcha da Coluna Prestes-Miguel Costa, foi motivada, principalmente, por um descontentamento em relação à realidade política, econômica e social brasileira<sup>12</sup>. Embora, no período entre 1922 e o exílio da Coluna Prestes,

---

<sup>12</sup> De acordo com Marly Vianna (2003, p. 71), embora mostrasse uma atitude favorável, O PCB não participou dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924. A admiração pelos tenentes, por parte de alguns membros do partido, levou Astrojildo Pereira, secretário-geral do PCB, a procurar Luiz Carlos Prestes, em 1927, com o intuito de lhe propor uma aliança com os comunistas, para a organização de uma terceira revolta. Entretanto, o "Cavaleiro da Esperança" recusou a proposta. Até 1929, os membros do PCB procuraram aproximar-se do líder tenentista. Contudo, as teses aprovadas no terceiro pleno do

os tenentes lutassem por reformas de cunho liberal-democrata, já apareciam, em sua plataforma de ação, tendências elitistas<sup>13</sup> e centralizadoras<sup>14</sup>.

Dentro dessa perspectiva elitista, buscaram alianças junto aos setores dominantes dissidentes. De acordo com Maria Forjaz (1978, p.28), esse comportamento elitista pode ser explicado pelo fato de que o movimento tenentista não acreditava na capacidade das massas populares de participar, de maneira independente, nos processos políticos. Neste sentido, as mudanças político-sociais deveriam ser realizadas em nome do povo, por um setor social que o representasse. Assim, tal movimento concebia a si próprio como uma força capaz de realizá-las.

Após a Coluna, a atenção dos tenentes concentrou-se na preparação de um movimento revolucionário. Manteve-se o caráter elitista e militarista da política, ou seja, não houve nenhum interesse na construção de partidos políticos ou movimentos populares. A revolução consistia, assim, em um movimento puramente técnico, exclusivo de uma vanguarda militar.

---

Comitê Central do PCB, em outubro de 1929, modificaram radicalmente as relações dos comunistas em relação aos tenentes. Seguindo orientações da Internacional Comunista acerca da pequena burguesia, considerada volúvel e pouco confiável, o partido deixou de enxergá-la como um fator revolucionário. As principais forças revolucionárias seriam, assim, o proletariado e as massas camponesas. Deu-se, então, o início do processo de proletarianização do partido, a partir do qual, por imposição da IC, buscou-se uma reconfiguração da liderança partidária, que deveria, assim, ser preenchida por militantes que comprovassem sua origem proletária. Para a liderança do PCB, Luiz Carlos Prestes passou a ser qualificado como um caudilho pequeno-burguês, cujo prestígio e influência poderiam constituir uma ameaça aos comunistas.

<sup>13</sup> Boris Fausto (1997), Anna Martinez Corrêa (1976) e Maria Spina Forjaz (1978), por exemplo, ressaltam, em suas respectivas obras, a face elitista que o Tenentismo assumiu em suas manifestações político-militares.

<sup>14</sup> “Com as marcas específicas que advêm da situação dos “tenentes” como militares, a imprecisa ideologia tenentista, sob a aparência dos louvores ao voto secreto, incorpora, na realidade, fragmentos da crítica antiliberal que se vai constituindo após as decepções dos primeiros anos da República, ganhando forças na década de vinte. Assemelha-se às correntes revisoras da Constituição, que têm em Alberto Torres e Oliveira Vianna dois de seus principais representantes, [...]” (FAUSTO, 1997, p. 67-68). Além de Boris Fausto, Maria Spina Forjaz (1978) e Virgínio Santa Rosa (1976), por exemplo, ressaltam a influência de Alberto Torres e Oliveira Vianna no ideário político dos Tenentes.

Os tenentes mantiveram-se neste trabalho conspirativo até 1929, quando uma parcela destes aceitou colaborar com a Aliança Liberal. Ressalte-se, porém, que a participação dos tenentes na Aliança Liberal fez-se somente no âmbito militar. Além disso, embora tenham ocupado cargos políticos de relevância, durante os primeiros anos do Governo Vargas, os referidos militares não conseguiram manter sob controle os setores oligárquicos estaduais. A aproximação com o Partido Democrático de São Paulo<sup>15</sup>, por exemplo, não se consistiu em uma tentativa tenentista de mobilização popular via partido político, mas para conseguir um financiamento para um movimento revolucionário.

A recusa de Luiz Carlos Prestes em apoiar a plataforma de luta da Aliança Liberal não impediu que outras figuras do movimento tenentista, como Juarez Távora e João Alberto, buscassem uma cooperação com os setores oligárquicos dissidentes. Porém, a conversão de Prestes ao marxismo representou um duro golpe para o tenentismo<sup>16</sup>. Abriu-se uma crise na liderança e, respectivamente, na base do movimento. Com a chefia do movimento militar passando para as mãos de Góis Monteiro, os tenentes perderam qualquer possibilidade de liderança militar e política no processo revolucionário de 1930.

---

<sup>15</sup> As oligarquias dissidentes, que se opunham ao grupo político até então dominante no cenário nacional, mostravam-se reticentes em relação ao recurso às armas como forma de alcançar o poder. Acreditavam que a luta pela hegemonia política deveria concentrar-se no campo político-eleitoral. Os setores oligárquicos liberais tiveram uma participação secundária nos preparativos para a deflagração do movimento que iria conduzir Getúlio Vargas ao poder. Foi apenas no segundo semestre de 1930 que optaram por apoiar o movimento armado. Justificaram tal atitude com o pretexto de que se deveria evitar uma possível revolução popular. Assim, uma revolução "pelo alto" garantiria a manutenção da ordem social e o "progresso dentro da ordem".

<sup>16</sup> A partir de então, na concepção da fração à esquerda do movimento tenentista, o atraso político, econômico e social do Brasil assentava-se no predomínio de um sistema político-econômico baseado no latifúndio, na monocultura e alinhado aos interesses das nações imperialistas. Para Luiz Carlos Prestes e outras figuras do tenentismo que aderiram ao comunismo, por exemplo, a reforma agrária seria implementada mediante um programa radical contra o latifúndio e o imperialismo, baseado em uma proposta revolucionária com a participação das massas camponesas e do proletariado urbano.

## O TENENTISMO NA DÉCADA DE 1930

Os acontecimentos políticos, sociais e econômicos que marcaram os cinco primeiros anos do primeiro governo Vargas, que compreende os anos de 1930 a 1935, revelam o quão complexo foi este período.

Já no seu primeiro ano de governo, Vargas iniciou as profundas transformações pelas quais passou o país, em relação à Primeira República. Com o movimento de outubro de 1930, as velhas oligarquias, que até então dominavam a máquina política do país, foram alijadas do poder e substituídas pelos grupos que compunham a Aliança Liberal, como os tenentes (CARONE, 1973). Surge, assim, um novo modelo de Estado, cujas características principais são a centralização e o intervencionismo no plano político, econômico e social. Este “assume concomitantemente o papel de ‘representante direto’ dos interesses cafeeiros e de guardião dos interesses nacionais” (FAUSTO, 1997, p. 121). Entretanto, as mudanças<sup>17</sup> não permaneceram apenas no campo político; atingiram também o da ideologia e da natureza do Estado e de suas funções na sociedade, resultado da crise do pensamento liberal e da ascensão das doutrinas e valores autoritários, com o crescente intervencionismo estatal (RODRIGUES, 2004, p. 510).

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio marcou o início de uma política intervencionista, não apenas no campo das relações trabalhistas, mas também em outros setores da sociedade, como o econômico, com a criação do Departamento Nacional do Café.

Ao mesmo tempo em que buscou maior centralização do poder, Vargas, habilmente, combateu os setores que se opunham às medidas intervencionistas. No plano político, nomeou interventores para o governo dos estados, e, assim, afastou as antigas oligarquias que ainda ocupavam cargos de poder.

---

<sup>17</sup> É importante ressaltar que, segundo Boris Fausto (1997, p. 116), “ao se caracterizar a Revolução de 1930 é preciso considerar que suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. As relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade”.

No âmbito social, com uma legislação trabalhista que valorizou o trabalhador nacional e regulamentou os direitos referentes à férias, salário e outros benefícios, Vargas conseguiu maior controle sobre a classe trabalhadora, e afastou, assim, elementos indesejáveis, na maioria das vezes o imigrante, que trazia de seu país de origem as ideologias consideradas ameaças à ordem e ao progresso da nação. Se, na República Velha, a questão social foi um “caso de polícia”, a repressão agora se concentraria nos elementos considerados subversivos à ordem, como os comunistas (CANCELLI, 1994, p. 80).

Os dois primeiros anos do governo Getúlio Vargas foram marcados pela ascensão política do movimento tenentista que procurou organizar-se por meio da elaboração de projetos políticos e instituições como, por exemplo, o Clube 03 de Outubro<sup>18</sup> e as Legiões Revolucionárias<sup>19</sup>. Tais ações tiveram como objetivo o fortalecimento político dos tenentes junto ao Governo Federal e oferecer maior resistência à oposição oligárquica.

Diante desse quadro, não tardou para que os setores oligárquicos de vários estados, principalmente São Paulo, que não mais gravitavam na órbita do poder, e segmentos das várias classes que se mostravam descontentes com o governo propusessem o retorno ao regime constitucionalista. A radicalização dessa luta pela volta do país aos moldes de uma Constituição consubstanciou-se na Revolução de julho de 1932.

---

<sup>18</sup> O Clube, criado em fevereiro de 1931, foi responsável pela elaboração do *Esboço de Reconstrução Política e Social do Brasil*, em fevereiro de 1932. De acordo com Aspásia Camargo (2004, p.134), no Esboço, o Estado constitui órgão responsável pela distribuição dos lotes de terra como, também, promover o uso social “[...] de terras devolutas, [...]” e das que foram apropriadas de maneira ilegal, por meio da formação de “[...] núcleos coloniais cooperativos”. Importante, também, é o fato de que o programa propõe a regulamentação do trabalho agrícola por meio da inserção da mão-de-obra rural na “legislação trabalhista”.

<sup>19</sup> Segundo Peter Flynn (1979, p.91), a criação das Legiões atendia ao objetivo de proporcionar ao movimento revolucionário organização e programa concretos. O manifesto apresentado pela Legião de São Paulo, em 1931, propunha, entre outras questões, a centralização do Estado, o combate à concentração fundiária (latifúndio) e ao imperialismo. Contudo, as legiões envolveram-se em conflitos interoligárquicos o que acarretou um distanciamento em relação aos seus objetivos iniciais. Além disso, as cisões no seio do movimento tenentista contribuíram, também, para o insucesso político daquelas.

Neste sentido, passados os acontecimentos revolucionários de 1930, e com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, pode-se compreender a razão pela qual os grupos que apoiaram a Aliança Liberal começaram a divergir em relação aos rumos políticos que deveriam ser tomados pelo Governo.

Concordando com as reformas de cunho liberal nas manifestações militares na década de 1920, os tenentes, da mesma maneira que os grupos oligárquicos dissidentes, desejavam purificar a atmosfera política brasileira, combatendo a corrupção e os políticos desonestos. Porém, perceberam que a manutenção do sistema federativo descentralizado consistia em um obstáculo ao combate às oligarquias dominantes. Assim, os tenentes propunham um Estado centralizado, com capacidade de intervenção nos setores político, econômico e social. Além disso, eram partidários de uma despolitização da administração pública, que deveria ser conduzida por meio de conselhos técnicos, com função consultiva.

Por outro lado, as oligarquias estaduais defendiam uma organização política baseada no federalismo, na limitação do Poder Executivo, e na preservação da autonomia política e econômica dos Estados.

Apesar da derrota militar, os constitucionalistas conseguiram seu objetivo. O abalo sofrido pelo Governo Provisório teve suas origens tanto nas forças das oligarquias, quanto nas crises que ocorriam dentro do movimento tenentista. Os tenentes, que ocuparam os principais cargos da administração pública, apresentavam-se fortemente divididos em relação ao apoio ao regime constitucionalista<sup>20</sup> (GOMES, 2004, p. 27). Enquanto uma parcela decidiu enfrentar o poder oligárquico pelo viés partidário, na Assembleia Nacional Constituinte, a outra decide continuar a luta, organizando-se em frentes populares. Para esta última, a Constituição de 1934 representou um duro golpe às aspirações revolucionárias de 1930.

Paralelamente, há o surgimento de uma outra força política, que começaria a se fortalecer e seria a principal base de sustentação de Getúlio para o golpe de novembro de 1937: setores da cúpula do Exército.

---

<sup>20</sup> Além das crises e cisões internas, outro motivo que contribuiu decisivamente para o enfraquecimento político dos tenentes foi o processo de reformulação do Exército, capitaneado pelo General Góis Monteiro, que tinha por objetivo restaurar a disciplina e a hierarquia no interior da corporação, ameaçadas, entre outros fatores, pela atuação política "independente" dos tenentes. (GOMES, 1980, p. 29).

Em julho de 1934, foi promulgada a nova Constituição, sendo Getúlio eleito presidente constitucional. Estava encerrado o regime de força que caracterizou os dois primeiros anos do governo Vargas.

Entretanto, esse período de relativa abertura política teve curta duração, pois, já no ano seguinte, foi aprovada a Lei de Segurança Nacional (LSN). Neste sentido, os anos de 1934 e 1935 marcaram o início e o fim de duas fases na política brasileira. Com a reconstitucionalização do país, em 1934, encerrava-se o período do Governo Provisório. Porém, em 04 abril de 1935, com a LSN, a ordem constitucional começou a sofrer ameaças. A partir de então, a abertura do sistema político foi, com o tempo, atingida pelo crescimento do poder executivo. Após os Levantes Nacional-Libertadores de novembro de 1935, Vargas conseguiu do Congresso o apoio para instaurar o estado de sítio. Caminhava-se, assim, para o Estado Novo.

Nesses anos, houve também uma grande ascensão do movimento reivindicativo popular, resultado da transformação das relações do Estado com as classes trabalhadoras urbanas, a partir de 1931. Outro fator que contribuiu para essa ascensão foi a condição econômica em que se encontrava o país. Nos anos de 1934 e 1935, diante da delicada situação econômica que o país enfrentava, fruto da crise mundial de 1929, várias greves ocorreram nas principais capitais do Brasil, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo (PRESTES, 1997, p.66-67).

Assim, o novo governo constitucional foi marcado por efervescência no movimento social, com greves operárias e manifestações de vários segmentos de classe em diferentes estados do país. Os conflitos entre o grupo da esquerda, representado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), e o da direita, que compunha a Ação Integralista Brasileira (AIB), representaram o ápice da radicalização da atividade política (CARONE, 1976).

Dentre os tenentes que não aceitaram participar das disputas político partidárias na Assembleia Constituinte, estavam os que, junto com setores civil e militar, organizaram, em março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora<sup>21</sup>, uma frente popular cujo objetivo era a

---

<sup>21</sup> O PCB não participou ativamente na organização da ANL. Assim, embora vários grupos participassem da organização da Aliança, o papel de destaque coube aos tenentes, que se mostraram descontentes em relação a Getúlio Vargas. Contudo, a liderança do partido decidiu apoiá-la, pois a ANL também defendia a luta contra o latifúndio e o imperialismo.

recondução do movimento revolucionário de 1930 ao seu curso “ideal” e o combate às oligarquias dissidentes, por meio da luta contra a Lei de Segurança Nacional<sup>22</sup>, em vigor a partir de quatro de abril de 1935, o imperialismo, o latifúndio e o integralismo.

## **ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA: FORMAÇÃO E PROGRAMA**

A ANL constituiu-se na primeira frente nacional brasileira de massas, organizada a partir das lutas contra o integralismo e a Lei de Segurança Nacional. Em doze de março de 1935 os seus estatutos foram aprovados e seu Diretório Nacional Provisório eleito<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> A Lei de Segurança Nacional tipificava os crimes contra a ordem política e social; seu principal objetivo foi enquadrá-los no âmbito de uma legislação especial, submetendo os possíveis infratores a uma pena mais rigorosa, excluindo-se, inclusive, as garantias processuais.

<sup>23</sup> Segundo Marly Vianna (1992, p. 108) “a história da ANL começou no segundo semestre de 1934. Seu lançamento, em março de 1935, foi o coroamento de um processo de lutas concretas, de organizações parciais, de acumulação de forças por parte dos setores antifascistas da sociedade. Passou pelas lutas grevistas reivindicatórias da classe operária, pelas discussões de programas de ação entre grupos e partidos de esquerda e pelos tenentes inconformados com os rumos que tomara o movimento de 1930 – lideranças, grupos e reivindicações que encontraram um denominador comum na luta contra o integralismo e a Lei de Segurança Nacional.” O PCB, visto que parte de sua liderança encontrava-se em Moscou no final do ano de 1934, para o encontro dos partidos comunistas latino-americanos, não participou ativamente na organização da ANL. Assim, embora vários grupos participassem da organização da Aliança, o papel de destaque coube aos tenentes, que se mostraram descontentes em relação a Getúlio Vargas. Aos que participaram dos movimentos de 1922, 1924 e 1930, iriam juntar-se outras figuras do movimento tenentista, pertencentes a uma nova geração. Tais figuras não pertenciam ao PCB. Aliaram-se ao partido quando já congregavam a ANL. Luiz Carlos Prestes, embora membro do partido, ainda era visto como um general tenentista. Assim, sua imagem como “Cavaleiro da Esperança” sobrepunha-se em relação à do revolucionário comunista. Neste sentido, a ANL não foi uma organização comunista, nem mesmo uma entidade de fachada do PCB (SILVA, 1969, p. 43). A liderança do partido, embora não tenha participado na organização da Aliança, decidiu apoiá-la. Contudo, os comunistas, ainda sob influência da política de proletarização, mantiveram-se independentes em relação à ANL, não aderindo a esta.

O Diretório Nacional Provisório (DNP) era composto por militares e civis ligados ao movimento tenentista, como, por exemplo, Herculino Cascardo, Roberto Sisson e Trifino Correa. No dia 30 de março do mesmo ano, a Aliança foi oficialmente fundada na cidade do Rio de Janeiro, em um comício realizado no teatro João Caetano. Luiz Carlos Prestes foi aclamado presidente de honra.

O programa da ANL, como se destacará adiante, de cunho nacionalista, caracterizava o país como subserviente ao sistema capitalista mundial. Seus estatutos também conclamavam a defesa das liberdades civis em geral e dos interesses da classe trabalhadora, por meio da reivindicação de melhores salários, impostos mais baixos, proteção à pequena propriedade e nacionalização das riquezas do subsolo:

[...] A Aliança Nacional Libertadora tem um programa claro e definido. Ela quer o cancelamento das dívidas imperialistas; a nacionalização das empresas imperialistas; a liberdade em toda a sua plenitude; o direito do povo manifestar-se livremente; a entrega dos latifúndios ao povo laborioso que os cultive; a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra, etc.; a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem, contra qualquer execução hipotecária. Queremos que a formidável quantia evadida do Brasil para os cofres dos magnatas estrangeiros seja empregada em benefício do próprio povo brasileiro; [...] Diminuindo todos os impostos que pesam sobre a nossa população laboriosa e com isso baixando o custo de vida e desafogando o comércio; Aumentando os salários e ordenados de todos os operários, empregados e funcionários; Efetivando e ampliando todas as medidas de amparo e assistência social aos trabalhadores, e Desenvolvendo em enorme escala a instrução e protegendo realmente a saúde pública, [...] (Manifesto-Programa de lançamento da Aliança Nacional Libertadora, apud VIANNA, 1995, p. 284)

Roberto Sisson, ao expor os motivos que levaram à organização da Aliança, disse que, jamais almejando um regime comunista para o Brasil, considerava-se um nacional-libertador, que lutava contra a dominação imperialista do país, pois ao imperialismo só interessava a exploração lucrativa do Brasil (VIANNA, 1992, p.122). Além do anti-imperialismo, a ANL tinha em seu programa uma plataforma antilatifundiária e democrática:

Para os 'tenentes de esquerda', o imperialismo era o responsável pelo 'latifúndio feudal', que mantinha o país essencialmente agrícola, impedindo o florescimento da democracia burguesa; através de seu domínio, explorava-se o regionalismo malsão, não deixando que se formassem partidos políticos nacionais; o imperialismo era culpado também pela fraqueza das Forças Armadas, era o grande inimigo do país e o governo de Getúlio Vargas estava a seu serviço. Sisson definia a democracia como direito do povo de reivindicar e ser atendido em suas necessidades pelo governo, [...] (VIANNA, 1992, p. 122).

Assim, pode-se claramente perceber que a luta contra o imperialismo era também uma luta contra o latifúndio, pois a manutenção deste interessava aos interesses do capital estrangeiro, já que os empréstimos que o governo brasileiro efetuava no exterior serviam aos interesses do café, principal produto da economia do país. O ônus destes empréstimos recaía sobre as massas populares. Além do mais, o latifúndio era a expressão do poderio e domínio das oligarquias regionais, principalmente dos Estados do Sul. Neste sentido, combater o latifúndio significava, também, combater as bases do poder oligarca. Além do mais, a manutenção do latifúndio era um entrave à industrialização e ao fortalecimento das Forças Armadas. Roberto Sisson, que integrava o DNP,

[...] considerava que o único programa viável para o Brasil era o nacional-libertador, justamente por ser comum a todas as classes: anti-imperialista, antifeudal e democrático, não exigia para a sua realização mudança da Constituição e muito menos do regime político e social. (VIANNA, 1992 p. 123)

Assim, a Aliança buscou influência principalmente entre alguns dos principais setores da população: operários, estudantes, militares e intelectuais urbanos. Na tentativa de garantir maior apoio destas camadas, seu programa era de natureza nacionalista e democrática. No plano da classe trabalhadora, por exemplo, o programa reivindicava jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo, seguro-desemprego, melhores condições de trabalho e salário igual para trabalho igual. Segundo Leôncio Martins Rodrigues (2004, p. 399), "as escassas referências à questão operária limitam-se a certos aspectos de proteção ao trabalhador que não vai mais além do que determinava a legislação trabalhista de Vargas"

Neste sentido, vê-se que as demandas não tinham nada de radical, pois se circunscreviam a direitos garantidos pela Constituição. Aliás, muito do seu sucesso provinha dos esforços para atacar a propaganda do governo em relação aos sucessos de sua política trabalhista.

No plano estudantil, surgiram células na maior parte das faculdades, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, que tratavam dos interesses específicos dos estudantes: desconto em livros, diminuição de tempo de trabalho, liberdade religiosa e de pensamento e direito de livre união e organização (LEVINE, 1980, p. 116).

Dos meios usados pela organização para ganhar apoio popular, os principais foram os comícios e discursos em locais públicos, ocasiões em que era exaltado o programa da Aliança. A imprensa da ANL, por meio de suas publicações, como *A Manhã*<sup>24</sup>, de orientação comunista, fez incansáveis campanhas contra os abusos socioeconômicos. Atacava também a concentração da propriedade rural e o abandono do trabalhador rural pelo governo. Havia, ainda, publicações de âmbito cultural, com artigos de intelectuais e sobre literatura, e a reprodução de artigos de imprensa estrangeira denunciando o avanço do nazi-fascismo.

Foi entre a classe média urbana, profissionais liberais, intelectuais e empregados de escritório, que o movimento teve grande prestígio, em consequência da agitação promovida, a favor dos consumidores, pela redução dos preços e do barateamento dos serviços públicos e do aluguel. Entretanto, somente na Capital Federal

---

<sup>24</sup> O jornal era editado por Pedro Motta Lima, no Rio de Janeiro.

e, em menor proporção, em São Paulo, a ANL foi suficientemente forte para realizar tais manifestações (LEVINE, 1980, p. 118). Nos demais Estados, a organização contou com poucos simpatizantes, e teve sua ação sufocada pelos violentos conflitos travados com os integralistas e pela repressão policial.

Entre os militares, duas questões suscitaram polêmica e uma forte reação por parte das Forças Armadas: a dos vencimentos dos seus integrantes, e a medida proposta pelo Governo Federal acerca da redução de seus efetivos militares<sup>25</sup>. Tais questões aparecem em um informe da ANL aos oficiais:

[...] Medidas odiosas postas em vigor ilegalmente contra oficiais, sargentos e soldados libertadores; o empobrecimento de seu material, cada vez mais escasso e antiquado; metódica e surda diminuição de seus efetivos, a ponto de se tentar por na rua os sargentos e cabos mais jovens, por independentes e politizados, e os mais velhos, para se lhes não pagar a reforma a que dá direito a uma existência de dedicação ao Exército, [...] (Diretório Nacional da ANL, abril de 1935, apud VIANNA, 1995, p. 292).

Tanto para uma parte da opinião pública, quanto para as autoridades, a nomeação de Prestes, como presidente de honra, selava a ligação da ANL com o Partido Comunista. Anulou-se, assim, para aqueles setores, qualquer possibilidade de a Aliança existir independente do partido. Cinco dias após a reunião que fundou a ANL, em quatro de abril, o governo decretou a Lei de Segurança Nacional. Para Robert Levine (1980, p. 109) "Se houvera dúvidas sobre a atitude do governo em face do novo movimento, a eleição simbólica de Prestes dissipou-as e selou o destino da ANL".

---

<sup>25</sup> De acordo com Francisco Viana (1985, p. 16), "Tradicionalmente, pelos regulamentos militares, os subalternos eram desligados após oito anos de serviços ou por limite de idade. A revolução de 30 anulou tal dispositivo, mas com a promulgação da nova Constituição a exigência voltou. Os subalternos reagiram aderindo maciçamente à ANL e se mobilizavam em todas as frentes para reconquistar o direito adquirido, lutando de arma em punho contra a República Velha, [...]".

Entretanto, os anos de marcha da Coluna foram fundamentais para a construção da figura mitológica de Prestes e consolidar, assim, sua figura de líder do movimento tenentista. Tão grande era a admiração dos tenentes que, mesmo após sua conversão ao marxismo, o “Cavaleiro da Esperança” não foi identificado com o comunismo.

Hercolino Cascardo (CASCARDO, 2007, p. 467), presidente nacional da Aliança, diante da nomeação de Prestes como presidente de honra da Aliança, reforçou o compromisso nacionalista e democrático da ANL, ressaltando que o programa nacional-libertador não almejava a subversão da ordem política e social. Assim, todos os objetivos de tal programa deveriam ser conquistados de maneira pacífica, não desrespeitando, portanto, os limites constitucionais. Por outro lado, as propostas aliancistas, de cunho nacional-reformador, foram duramente criticadas pelo PCB. Para a direção do partido, a liderança da ANL era composta por “pequeno-burgueses”, que descartavam a via revolucionária para a tomada do poder.

Os aliancistas sempre enfatizaram o caráter não partidário da organização. Apresentavam um programa de reivindicações e de luta, porém, não aspiravam conquistar o poder. Tal comportamento representaria a mentalidade nacionalista e democrática dos tenentes, que acreditavam, assim, poder transformar economicamente e socialmente o país sem modificar o regime. Havia apenas um programa, porém, não havia qualquer indicação ou orientação para cumpri-lo.

No mês de maio de 1935, Prestes tornou pública sua adesão à ANL, por meio de uma carta à Hercolino Cascardo, e passou a atuar mais diretamente na organização. Nessa carta, o Cavaleiro da Esperança expôs claramente a questão do poder e da revolução popular. Para Marly Vianna (1992, p. 126), o conteúdo da missiva passou a circular junto com o programa e o estatuto da ANL. A palavra de ordem por um governo popular nacional revolucionário preencheu, assim, o vácuo que o programa aliancista apresentava quanto à conquista do poder.

Explicando as suas intenções, ao lançar a palavra de ordem para um Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR), Prestes afirmou que tal plataforma de ação não guardava nenhuma relação com o comunismo, nem almejava a formação de soviets. Apenas enfatizava a necessidade de uma luta armada para a construção de um novo governo.

Somente quando Luiz Carlos Prestes lançou a ordem por um Governo Popular Nacional Revolucionário, é que o PCB concentrou seus esforços na ANL, ressaltando, entretanto, que não havia abandonado a luta armada.

Apesar de não discutir em seu programa as questões relativas ao poder e aos meios para conquistá-lo, os tenentes reunidos na Aliança, da mesma forma que os comunistas, consideravam o movimento armado como a única maneira de se conquistar o poder. Os tenentes aliancistas ainda conservavam uma mentalidade na qual as Forças Armadas representavam os interesses da nacionalidade. Assim, "O PCB via, na luta armada, o único caminho para alcançar seus objetivos, e a união dos tenentes da ANL com o PCB - que se deu com a adesão de Prestes à ANL - reforçava o viés conspiratório que só fez fortalecer-se com o fechamento da entidade" (VIANNA, 2007, p. 346). A oposição aos aliancistas, por parte do governo e de setores que não simpatizavam com organizações populares, recrudescia na medida em que a frente conquistava maior simpatia entre a população. A principal tática de propaganda daqueles que atacavam a Aliança era identificá-la com o comunismo, obrigando a ANL, em diversas ocasiões, a sair em público desmentindo tais acusações.

Em onze de julho, Getúlio Vargas, amparado na Lei de Segurança Nacional, fechou provisoriamente<sup>26</sup> a ANL. O principal motivo para o fechamento foi o discurso, elaborado por Prestes, e lido em cinco de julho de 1935, durante manifestação em que era comemorado o aniversário das revoluções de 1922 e 1924. Nesse discurso, Prestes assumiu um tom revolucionário, ao propor a derrubada do governo por meio das armas. O discurso terminava com a frase: "Todo poder à ANL". Era o pretexto que o governo precisava para acabar com a instituição. Após o onze de julho de 1935, vários núcleos da Aliança em todo o país foram fechados.

Houve resistências e manifestações contra o fechamento da ANL em várias localidades, realizadas pelos comunistas e pelos poucos adeptos que ainda restavam. Entretanto, isolados e de pouca expressão, estes atos de nada adiantaram. Depois do fechamento, a Aliança "expirou como organização legal de massa". O que restou de sua estrutura passou à clandestinidade, e manteve-se viva, para o PCB, [...] (LEVINE, 1980, p. 159).

---

<sup>26</sup> O fechamento definitivo da ANL ocorreu dia onze de dezembro de 1935.

Foi feito, por parte da minoria parlamentar, um pedido para que o Ministro da Justiça expusesse os motivos que levaram o Poder Executivo a colocar a ANL na ilegalidade. Porém, o requerimento foi indeferido pela Câmara dos Deputados. Além desse requerimento, foi impetrado um Mandado de Segurança em favor da Aliança. Contudo, o pedido foi negado pela Corte Suprema.

Após ser posta na ilegalidade, a Aliança perdeu todo o seu prestígio conquistado nas várias camadas sociais, principalmente na classe média. "Apesar do delirante entusiasmo popular pela ANL, demonstrado em inúmeras ocasiões, 'as massas' assistiram passivas ao seu fechamento" (VIANNA, 2007, p. 147). A partir desse momento, o controle da organização ficou nas mãos dos comunistas e dos tenentes ligados ao PCB, que prepararam um levante armado em nome dela. Para Prestes e os enviados da Internacional Comunista (IC), a deposição de Vargas viria por meio das armas.

Desse momento em diante, a ANL transformava-se em um movimento ilegal, dirigido por um partido que também estava na ilegalidade. As células da Aliança, que ainda funcionavam depois de julho, transformaram-se em células do Partido Comunista.

A propaganda do partido ainda girava em torno do manifesto de Prestes e era feita em nome da Aliança: um governo popular e revolucionário, de todos os democratas e antifascistas, encabeçado por Prestes; liberdades civis e igualdade racial e religiosa; legislação social abrangente, com salário igual para igual trabalho; salário mínimo e seguro-desemprego; eliminação do poder feudal dos donos de terras. Entretanto, mesmo na ilegalidade e controlada pelo PCB, a ANL colocava-se "[...] como uma legítima continuadora não só das lutas tenentistas mas de todo o Exército, dentro do espírito progressista de Benjamin Constant e da energia de Floriano Peixoto" (VIANNA, 2003, p. 86). Assim, vê-se que a doutrina positivista, fortemente presente no ideário do Exército Brasileiro impunha-se, no Brasil, à marxista<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Em entrevista à Revista ISTOÉ, em setembro de 1979 (apud RODRIGUES, 2004, p. 376), Luiz Carlos Prestes declarou que os quartéis constituíam, nos anos 1920 e 1930, terrenos mais férteis do que as fábricas para a construção do Partido. Em outra ocasião, chegou a declarar à Marly Vianna (1992, p.305) que, em 1935, considerava-se "um tenente" ainda muito distante do marxismo.

## **DA ILEGALIDADE À INSURREIÇÃO ARMADA**

Embora o clima político tenha ficado mais tenso após o fechamento da ANL e as críticas ao governo Vargas assumissem um tom mais radical, a ideia de revolução consolidou-se, para parte dos quadros dirigentes do PCB, ainda em 1934. Neste mesmo ano, alguns membros do Comitê Central do Partido Comunista, em Moscou, durante a Terceira Conferência Comunista da América Latina, tentavam convencer os dirigentes da Internacional Comunista de que havia no Brasil um clima favorável para o desencadeamento de um movimento insurrecional.

Em 1935, de acordo com alguns autores, dentre os quais Marly Vianna (1992) e Marcos Del Roio (1990), não havia condições para um levante armado de base popular. Embora tenha conquistado inúmeros adeptos, a ANL não teve grande repercussão entre o proletariado e as camadas camponesas. E, por figurar na ilegalidade, ela praticamente deixou de existir, pouco tempo depois. Por outro lado, apesar de pressionado pela situação socioeconômica, o governo ainda tinha o apoio de parcelas da população. A classe trabalhadora, por sua vez, teria ficado satisfeita com as conquistas garantidas pelo Ministério do Trabalho. Acreditava que suas reivindicações poderiam ser alcançadas por pressão popular, não se entusiasmando, assim, com a possibilidade de uma revolução. Além disso, o próprio PCB, naquele ano, apresentava-se ainda imaturo, além do que, instável, pois enfrentava, já nos primeiros anos de existência, desde perseguições e forte resistência por parte das camadas governantes a conflitos pessoais, rompimentos internos e constantes mudanças em relação à orientação partidária (RODRIGUES, 2004, p. 376). Nessas circunstâncias, qualquer ação não passaria de uma aventura militar.

Entretanto, uma parcela dos comunistas brasileiros vislumbrava uma realidade que não existia, ou seja, a pretensão de transformar uma crise econômica em superação, em uma situação revolucionária. Tampouco havia, pelo menos em grau de suficiência para que acontecesse o que o partido esperava, uma mobilização e conscientização política dos camponeses, da classe operária e das mobilizações grevistas. Desprezando as aspirações políticas dos outros setores que participavam da ANL, o PCB acreditava poder utilizar a

Aliança em seus planos insurrecionais. Nesta direção, “supondo ver a tomada do poder descortinar-se no horizonte, [...] decidiu lançar a palavra de ordem ‘Todo poder à ANL’, [...], e denunciando o viés golpista, previu que a insurreição poderia se dar em meados de agosto” (ROIO, 1990, p. 289).

Em seu manifesto, lido no dia cinco de julho de 1935, Luiz Carlos Prestes defendeu as propostas nacionalistas da ANL. Porém, a proposta para a derrubada do governo por meio do “povo em armas” constituiu pretexto para que Getúlio Vargas, amparado na LSN, decretasse a ilegalidade do movimento. Embora os tenentes aliancistas fossem favoráveis à luta armada, como condição para atingir o poder, para os comunistas esta já figurava como prioridade.

Após o fechamento da ANL, a organização esvaziou-se, perdeu as suas bases populares, permanecendo nela apenas os comunistas e tenentes que estavam dispostos a seguir em frente na preparação de uma revolução nacional-libertadora. A situação ilegal da Aliança não afetou diretamente a orientação partidária dos comunistas brasileiros. O PCB ainda confiava na existência de uma crise política que colocava em xeque a estabilidade do governo de Getúlio Vargas, e, também, de uma consciência revolucionária presente nas massas populares.

Em outubro de 1935, teve início, no país, uma fase de agitação política e militar. As eleições estaduais, como as do Distrito Federal e a do Rio Grande do Norte, permeadas por acirradas disputas entre as forças políticas concorrentes, exigiram uma forte intervenção governamental. Além do mais, no Rio Grande do Sul, as manobras políticas de Flores Da Cunha, então governador do Estado, ameaçavam as bases de apoio do Governo Federal. No âmbito militar, a redução dos efetivos e a questão do desengajamento de oficiais suscitaram pesadas críticas, por parte de setores das Forças Armadas, contra o governo. Tais fatos provocaram um otimismo nos comunistas, pois, para estes, esta instabilidade política era o sinal de que a situação revolucionária no país estava plenamente amadurecida.

Por meio de um Comitê Antimilitar, “Antimil”, criado em 1929, os comunistas mantinham um constante trabalho de cooptação e organização de células em várias unidades militares. Acreditavam que um levante militar serviria de estopim para uma revolta popular. Tal fato demonstra que, no entender de Marcos Del Roio (2007, p. 65), predominava, até mesmo entre os membros do Bureau Sul

Americano da IC, “uma perspectiva jacobino-militar e positivista que não era estranha à luta social e política no Brasil, [...]”. Nesse sentido, o processo revolucionário das massas seria desencadeado por um movimento armado. Para o PCB, devido à origem social de uma parcela das Forças Armadas, identificada com as camadas mais humildes da população, uma boa parte da oficialidade nutria simpatia pelos movimentos populares, mostrando, assim, uma consciência democrática.

O partido conseguiu formar bases e contatos nas Forças armadas. Entretanto, os comunistas superestimaram a influência do Partido entre a oficialidade. Qualquer sinal de revolta nos quartéis era interpretado como uma situação revolucionária que envolveria todo o corpo de militares. Formou-se, assim, a idéia de que havia uma situação de desagregação nas Forças Armadas e que, por isso, a mobilização e sublevação das unidades não dispensariam grandes esforços.

Além disso, a situação dos comitês regionais do partido contradizia a visão otimista e surreal que os comunistas tinham, sobre sua influência em relação aos diversos setores da sociedade como, por exemplo, a classe operária e os militares. Em diversos Estados, a organização partidária e o trabalho de militância encontravam-se em situação caótica.

Mesmo diante desta situação pouco animadora, com o partido debilitado, sem apoio das massas e sem uma sólida influência nas forças armadas, Prestes continuava a acreditar no sucesso da revolução. Bastaria, para ele, apenas decidir qual o melhor momento para o início do movimento armado.

Nos dias 23, 25 e 27 de novembro de 1935, três insurreições ocorreram em Natal, Recife e Rio de Janeiro, respectivamente. As três eclodiram em nome da revolução popular e da ANL. Os levantes configuraram-se como “motins militares” motivados por fatores políticos, sociais e econômicos locais. Não houve, assim, qualquer orientação da Internacional Comunista para que se organizassem lutas armadas. O PCB, debilitado, diante da precipitação dos acontecimentos em Natal, viu-se “forçado” pelas circunstâncias a participar da insurreição na capital potiguar e a organizar, de maneira débil, as quarteladas de Recife e Rio de Janeiro.

Entretanto, nenhuma das três teve apoio popular, e foram sufocadas em poucas horas. Somente em Natal, os revolucionários obtiveram algum sucesso, organizando um governo popular revolucionário, que permaneceu no poder durante quatro dias. Isolados, esses levantes deram o aval a Vargas para suspender a vigência da Constituição e, apoiado pelo Congresso e pela opinião pública, colocar o país em um longo estado de sítio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As transformações econômicas, políticas e sociais promovidas pela Revolução de 1930, muito embora tenham provocado significativas transformações no "sistema coronelista", não alteraram o principal pilar sobre o qual se assentava o poder político dos coronéis: a concentração da propriedade fundiária. A própria legislação trabalhista, implantada por Getúlio Vargas nos primeiros anos de seu governo, permaneceu restrita aos trabalhadores urbanos. A centralização do poder também não impediu a manutenção da força política dos chefes locais<sup>28</sup>. A cultura política nacional conservava-se, na década de 30, essencialmente regionalista. As máquinas políticas estaduais ainda constituíam a fonte de onde emanava o poder político. Diante desse quadro, o tenentismo, ou, melhor dizendo, uma parcela deste movimento pode ser considerado como um segmento político e social que buscou romper com a dominação das oligarquias cafeicultoras ao propor, dentre outros pontos, uma profunda mudança na estrutura fundiária brasileira. Para aquela parcela do movimento tenentista, presente na ANL, tanto o latifúndio, quanto o domínio exercido pelas potências imperialistas na economia e na política brasileira constituíam um entrave ao desenvolvimento econômico e social do país. Além disso, representavam a base de sustentação da hegemonia política, econômica, social e ideológica dos "barões do café".

---

<sup>28</sup> De acordo com Vitor Nunes Leal (1975, p.240), as fraudes eleitorais constituem fenômeno recorrente no sistema representativo brasileiro. Mesmo após 1930, diante de mudanças significativas na organização dos pleitos como, por exemplo, as promovidas pelo Código Eleitoral de 1932, ainda houve casos em que a corrupção política fez-se presente.

Embora contasse com a colaboração de vários setores políticos e sociais, unidos em torno da luta contra o fascismo e contra a Lei de Segurança Nacional, coube a uma parcela do movimento tenentista a iniciativa para a formação da Aliança Nacional Libertadora. Descontentes em relação à maneira pela qual Getúlio Vargas conduzia a política nacional, decidiram lutar pela regeneração dos princípios revolucionários em favor dos quais apoiaram a Aliança Liberal, em 1930. Não almejavam a conquista do poder, muito menos a implantação de um regime comunista no Brasil.

Convictos de que existia no Brasil um clima favorável à deflagração de um levante armado, de base popular, os comunistas brasileiros decidiram participar da ANL, com o firme propósito de transformá-la em instrumento para a realização de seus objetivos revolucionários. Os comunistas brasileiros repartiam com os tenentes não só a liderança de Luiz Carlos Prestes como, também, a convicção de que a conquista do poder se faria por meio das armas. Esta tradição golpista, fortemente presente na cultura política nacional, exercendo grande influência no interior do PCB, constituiu um fator preponderante para a eclosão dos movimentos nacional-libertadores, em novembro de 1935.

## REFERÊNCIAS

BRAVO, Guilherme P. **O papel conservador dos liberais: a ANL e os Levantes Nacional-Libertadores de Novembro de 1935 nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – FFC – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise do poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano – Sociedade e Política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, v.3, p. 121-224.

CANALE, Dario. VIANA, Francisco. TAVARES, José Nilo. **Novembro de 1935: meio século depois**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da Era Vargas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1994.

CARONE, Edgard. **A Segunda República (1930 – 1937)**. São Paulo: Difel, 1973.

\_\_\_\_\_. **A República Nova (1930 – 1937)**. São Paulo: Difel, 1976.

CORRÊA, Anna Martinez. **A rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976.

CASCARDO, Francisco. A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel. **As Esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DEL ROIO, Marcos Tadeu. **A classe operária na revolução burguesa- A política de alianças do PCB: 1928-1935**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. Os Comunistas, a Luta Social e o Marxismo (1920 – 1940). In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, volume V.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30: Historiografia e História**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FERREIRA, Marieta; PINTO, Surama. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil Republicano - O tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1, p. 387-415.

FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a Revolução de 30. In:

FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 79-130.

FORJAZ, Maria Cecília. **Tenentismo e Aliança Liberal**. São Paulo: Polis, 1978.

\_\_\_\_\_. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

GOMES, Ângela de Castro (coord.). **Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos anos 30.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. Confronto e Compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris (dir). **História Geral da Civilização Brasileira, v.3: o Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964).** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEVINE, Robert M. **O Regime de Vargas, Os Anos Críticos, 1934 – 1938.** Trad. de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

McCANN, Frank. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937).** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MORAES, João Quartim. **A Esquerda Militar no Brasil: Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes.** São Paulo: Expressão Popular, 2005, vol. I.

PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e Política no Brasil: Uma crítica dos modelos de interpretação. In: Rouquié, Alain (Org.). **Os Partidos Militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed Record, 1980. p. 27-42.

PRESTES, Anita L. **A Coluna Prestes.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora – Os caminhos da luta antifascista no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1997.

RODRIGUES, Leôncio M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (dir). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964).** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, v.3, p. 361-443.

SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo.** São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SILVA, Hélio. **1935: a Revolta Vermelha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SODRÉ, Nelson W. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. **O Tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VIANNA, Marly. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. (org.). **Pão, Terra e Liberdade-Memória do Movimento Comunista de 1935**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, São Carlos: UFSCar, 1995.

\_\_\_\_\_. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: DELGADO, Lucília de Almeida, FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 63-105.

\_\_\_\_\_. O PCB: 1929-43. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel. **As Esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RECEBIDO: 11/09/2013

APROVADO: 20/12/2013

